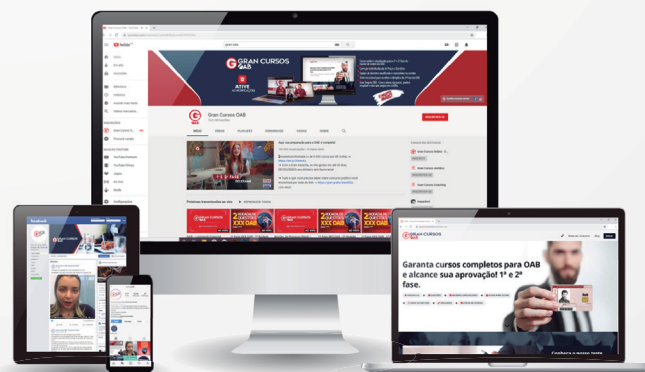




**SIGA NOSSAS
REDES SOCIAIS**



Videoaulas, dicas, materiais gratuitos e as últimas informações sobre o Exame de Ordem. Siga nossas redes sociais e fique por dentro.

📺 youtube.com/GranCursosOAB
📘 facebook.com/granOAB
📷 instagram.com/gran_OAB



Acesse nossa
central de vendas:



OAB SEM MISTÉRIO

Cursos completos para a primeira e para a segunda fase da OAB. Professores especialistas e material didático exclusivo que farão a diferença na sua preparação.

Acesse e conheça:

grancursosonline.com.br/oab

NOSSOS DIFERENCIAIS

📺 **VIDEOAULAS**

Conteúdo abordado de modo objetivo

✍️ **QUESTÕES**

Banco de questões comentadas

✓ **SIMULADOS**

Simulado diagnóstico com ranking de notas

📄 **MATERIAL ESPECIALIZADO**

Conteúdo produzido por especialistas

💬 **FÓRUM DE DÚVIDAS**

Acesso direto aos professores

📅 **30 DIAS PARA TESTAR**

Você satisfeito ou seu dinheiro de volta

🔄 **GRAN SEGURO OAB**

Em caso de não aprovação, o valor total investido será transformado em créditos no Gran Cursos Online



13 DICAS MATADORAS PARA O EXAME DE ORDEM





**Alice
Rocha**

1 Direitos Humanos

Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira (Lei n. 10.639/2003): nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

2 Direito Internacional

Carta rogatória:

- ativa: expedida por autoridade judiciária brasileira para a realização ou o cumprimento de diligências em outros países;
- passiva: expedida por autoridades judiciárias estrangeiras, tendo por objeto a prática de ato processual no Brasil, após a concessão da execução pelo STJ.

É admitida a solicitação de colheita de provas por meio de carta rogatória.



**Carolina
Carvalhal**

3 Direito Processual Penal

Contra a rejeição da denúncia ou queixa caberá Recurso em Sentido Estrito. Porém, no JECRIM, da rejeição da denúncia ou queixa caberá Recurso de Apelação.

4 Direito Penal

O princípio da insignificância gera, em qualquer hipótese, ATIPICIDADE DO FATO em face da ausência de tipicidade material, mas não se aplica este princípio a crimes com violência ou grave ameaça a pessoa.



**Renato
Borelli**

5 Direito Empresarial

O endosso pode ser feito em branco ou em preto (art. 13 da LUG e art. 913 do Código Civil). O endosso em branco é aquele que não identifica o seu beneficiário, chamado de endossatário. Nesse caso, simplesmente o endossante assina no verso do título, sem identificar a quem está endossando, o que acaba, na prática, permitindo que o título circule ao portador, ou seja, pela mera tradição da cártula.

O endosso em preto, por sua vez, é aquele que identifica expressamente a quem está sendo transferida a titularidade do crédito, ou seja, o endossatário. Assim, só poderá circular novamente por meio de um novo endosso, que poderá ser em branco ou em preto. Nesse caso, pois, o endossatário, ao recolocar o título em circulação, assumirá a responsabilidade pelo adimplemento da dívida, uma vez que deverá praticar novo endosso.

6 Direito Constitucional

Reforma constitucional – modificação do texto constitucional, por meio de mecanismos definidos pelo poder constituinte originário (emendas), alterando, suprimindo ou acrescentando artigos ao texto original.

Mutações constitucionais – não são alterações “físicas” no texto constitucional, mas apenas alterações no significado e no sentido interpretativo. Exteriorizam o caráter dinâmico, por meio de processos informais – lembrar que as mutações constitucionais são admitidas em nosso ordenamento jurídico.



**Nilton Carlos
Coutinho**

7 Direito Ambiental

Súmula 629/STJ: Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.



**Patricia
Dreyer**

8 CDC

Conforme os artigos 95 a 97 do Código de Defesa do Consumidor, quando a ação for coletiva e discutir direitos individuais homogêneos, a vítima ou seus sucessores poderão liquidar e cumprir a sentença individualmente.

9 ECA

Na forma do artigo 190-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, a infiltração de agentes de polícia na Internet para investigação de crimes contra a criança e o adolescente exigem autorização judicial, requerimento do MP ou do delegado de polícia e não pode exceder o prazo de 90 dias, com eventuais prorrogações até o limite de 720 dias.



**Roberta
Queiroz**

10 Direito civil

A responsabilidade civil do incapaz é subsidiária; o prazo para ação anulatória do negócio jurídico é de 4 anos; quando a lei trazer caso de anulabilidade sem prescrever prazo, deve-se considerar 2 anos (compra e venda de pai para filho); o pacto antenupcial deve ser por escritura pública, sob pena de invalidade, e seguir o casamento, sob pena de ineficácia; lesão (necessidade ou inexperiência) NUNCA se confunde com estado de perigo em que o sujeito assume obrigação onerosa para salvamento; cônjuge ou companheiro NÃO concorre com descendente do morto se casado com este no regime da comunhão universal, comunhão parcial de bens sem bens particulares ou separação obrigatória de bens; causas de impedimento para casamento se aplicam a união estável – salvo pessoa casada e separada de fato; pagamento de obrigação natural não constitui pagamento indevido; abuso de direito gera responsabilidade civil objetiva.



**Raquel
Bueno**

11 Direito Processual Civil

Entre as modalidades de intervenção de terceiros, destacam-se a denunciação da lide e o chamamento ao processo. A primeira modalidade pode ocorrer em casos de evicção e direito de regresso previsto em lei ou no contrato, a exemplo de casos envolvendo colisão de veículos e a denunciação da lide da seguradora. Segundo o CPC, só se admite uma denunciação da lide sucessiva e não se admite a denunciação da lide *per saltum*. Já o chamamento ao processo pode incidir em hipóteses envolvendo obrigação solidária, devedores solidários, fiadores e fiador x afiançado. É cabível o agravo de instrumento das decisões interlocutórias envolvendo tais modalidades de intervenção de terceiros.



**Rogério
Dias**

12 Direito do Trabalho

O empregador terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério da Economia.

13 Direito Processual do Trabalho

Quando for parte de dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Vara do Trabalho da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a Vara do Trabalho da localização em que o empregado tenha domicílio ou a localidade mais próxima.

O Gran Cursos Online deseja a você uma ótima prova. No nosso canal do YouTube, você encontra a correção da prova e muito mais! Acesse:

youtube.com/GranCursosOAB